

João Cândido Felisberto



Por **CHICO ALENCAR***

Carta aberta ao comandante da Marinha sobre a Revolta da Chibata

Exmo. Sr. Marcos Sampaio Olsen, Comandante da Marinha do Brasil; c/cópia para José Múcio Monteiro, Ministro da Defesa e para o deputado Aliel Machado, presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

Sr. Almirante: A inscrição do nome de João Cândido Felisberto, líder da Revolta contra a Chibata, em 1910, no Livro de Heróis da Pátria, já aprovada no Senado (PL 340/2018), está em análise na Câmara dos Deputados, onde tramita (PL 4046/21).

V. Exa. entrou no debate, enviando uma carta ao presidente da Comissão de Cultura, deputado Aliel Machado (PSB-PR). É legítimo, a Casa do Povo tem que ser sempre democrática.

Ainda que assinalando corretamente “não ser competência da Marinha do Brasil julgar argumentações de membros da Casa Legislativa”, V. Exa. julgou e condenou a proposta.

Disse que a Revolta que acabou com os castigos corporais na Armada “é fato opróbrio da história (...) que se deu pela atuação de abjetos marinheiros (...) para chantagear a nação”.

Afirmou que os rebelados, “além do justo pleito pela revogação de prática repulsiva do açoite, buscavam vantagens corporativas e ilegítimas” – assim considerando as demandas por melhoria do soldo, afastamento de oficiais torturadores e redução das jornadas de trabalho extenuantes.

Em sua carta, há pelo menos 10 adjetivos depreciativos em relação a João Cândido – engajado na Armada desde os 14 anos – e ao movimento que liderou, cujo estopim foram as 250 chibatadas públicas no marujo Marcelino Rodrigues Marques, que continuaram mesmo com este desmaiado e totalmente ensanguentado.

A propósito, João Cândido disse, indignado, que “as carnes de um servidor da Pátria só serão cortadas pelas armas do inimigo, nunca pela chibata de seus irmãos!” (entrevista ao *Correio da Manhã*, em novembro de 1910).

Os revoltosos, ao contrário da afirmação de V. Exa., não atiraram “a esmo” sobre a então capital da jovem República, ainda permeada por práticas escravagistas. Foram tiros de advertência.

A trágica morte de duas crianças, destacada por V. Exa, foi considerada por João Cândido um erro grave, e objeto de seu

a terra é redonda

único arrependimento: “foi uma desgraça! Do miserável soldo que recebíamos arranjamos duzentos mil réis e mandamos à família para fazer o enterro dos meninos” – disse ele a Edmar Morel, autor de um livro seminal sobre a insurreição, cuja leitura recomendo (*A Revolta da Chibata*, 1959).

João Cândido e seus companheiros, inclusive, em certo momento manobram (com destreza incomum) os navios amotinados para fora da baía de Guanabara: “afundaria os destroieres com meia dúzia de tiros (...) O que eu não queria era o sacrifício inútil de vidas, de lado a lado” – disse.

V. Exa. menciona a anistia dada pelo Congresso, mas não a repressão brutal, perseguições, banimento, prisões e mortes de marinheiros que a ela se seguiram.

As expulsões da Armada, em 1911, atingiram 1216 marinheiros. O massacre da Ilha das Cobras e os fuzilamentos no navio “Satélite” ceifaram dezenas de vidas de “indesejáveis” e revelaram ódio e vingança cruel, monstruosa, dos donos do poder.

Eles não suportavam a rebeldia de “marujos negros e analfabetos” – mesmo contra a abominável “rotina” da tortura, ainda praticada na Marinha 22 anos após a Abolição.

Curioso é que o desprezo a João Cândido não é transferido para o almirante branco Saldanha da Gama, que liderou (e perdeu) a violenta Revolta da Armada em 1893, contra o governo do marechal Floriano Peixoto, tido como “consolidador da República”.

V.Exa. condena a “inclusão de João Cândido e qualquer outro participante daquela deplorável página da história nacional no Livro de Heróis da Pátria”.

Na linguagem da ditadura, que inclusive censurou vários trechos do antológico samba *O mestre-sala dos mares* (de Aldir Blanc e João Bosco), o senhor conclui que a proposta “enaltece passagens afamadas pela subversão”.

Como parlamentar e professor de história, discordo totalmente da sua visão – agora reiterada como a oficial, da Marinha. Aquele acontecimento histórico possibilitou novo patamar civilizatório à Marinha do Brasil (novamente ofendida pelas covardes torturas praticadas pelo Cenimar/Doi-Codi contra prisioneiros políticos, durante a ditadura militar empresarial iniciada pelo golpe de 1964).

Alinho-me, com milhares de historiadores e cidadãos, a Adalberto Cândido, 85 anos, filho caçula de João Cândido, que afirma: “meu pai está na história do país (...) mas sempre foi perseguido. Até hoje a Marinha mantém um rancor, um ranço danado contra ele. (...) Deveriam agradecer aos marinheiros de 1910 pela Marinha que existe hoje” (*O Globo*, 27/4/2024).

O que mais corrói a hierarquia e a disciplina, em qualquer organização humana, é a injustiça, a arbitrariedade e o autoritarismo.

Revisitar a história, que não é um campo de dogmas e certezas absolutas, é também enxergá-la pela ótica dos vencidos, que corajosamente lutaram contra todas as opressões.

“Glória a todas as lutas inglórias/ que através da nossa História/ não esquecemos jamais!”.

Viva João Cândido, o Almirante Negro, e todos os marujos que disseram não à tortura e à humilhação!

À disposição para a continuação do debate, respeitosamente.

***Chico Alencar** é deputado federal (PSol-RJ), membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda